



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 17/2019**

Período: 25/05/2019 – 31/05/2019

**GEDES - UNESP**

- 1- Editorial comentou julgamento de militares envolvidos no fuzilamento de Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo
- 2- Reportagem narrou retorno do navio polar Almirante Maximiano à América do Sul
- 3- 15 anos do início da Minustah I: jornal relembra pontos cruciais da missão da ONU no Haiti
- 4- 15 Anos do início da Minustah II: jornal avalia dificuldades na atuação das tropas brasileiras no Haiti
- 5- Livro conta a história de voluntária na Guerra do Paraguai

1- Editorial comentou julgamento de militares envolvidos no fuzilamento de Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* comentou a decisão do Superior Tribunal Militar (STM) em conceder *habeas corpus* para os nove militares detidos acusados pelo duplo homicídio qualificado de Evaldo dos Santos Rosa e Luciano Macedo. O caso ocorreu em abril de 2019, quando os militares realizaram ação de patrulhamento na cidade do Rio de Janeiro e dispararam 257 tiros, sendo que 62 alvejaram o carro em que estavam Evaldo e sua família. De acordo com o jornal, “os militares agiram com flagrante despreparo, desconsideraram os protocolos de abordagem e assumiram que poderiam atirar para matar sem que sofressem ameaça —e, pior, sem que tivessem certeza de quem se encontrava no carro”. Segundo a *Folha*, apesar da existência de argumentos jurídicos que embasam a decisão do STM, pairam “dúvidas sobre a segurança dos sobreviventes e de testemunhas que deverão ser ouvidos pela Justiça”. O editorial recordou a lei sancionada pelo ex-presidente da República, Michel Temer, que destinou o julgamento de crimes cometidos por militares das Forças Armadas à Justiça Militar. De acordo com a *Folha*, essa providência “controversa” procurou “dar respaldo à atuação, nem sempre justificável, das Forças Armadas em operações de combate ao crime”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 25/05/19*)

2- Reportagem narrou retorno do navio polar Almirante Maximiano à América do Sul  
Reportagem do periódico *Correio Braziliense*, a convite da Marinha do Brasil, narrou o retorno do navio polar Almirante Maximiano ao continente sul-americano, encerrando a quinta fase da 37ª Operação Antártica (Operantar). A principal

embarcação da Marinha destinada à pesquisa deixou a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), na Baía do Almirantado, rumo à cidade de Ushuaia, na Argentina, a 1.000 km de distância. No caminho, o Tio Max (como é apelidado pela tripulação) realizaria a “mítica” travessia na passagem de Drake, uma das regiões mais perigosas do mundo, sob forte tempestade – o que fez com que o comandante do navio, o capitão de mar e guerra João Candido Marques Dias, antecipasse em dois dias a volta à América do Sul. (Correio Braziliense – Brasil – 27/05/19)

### 3- 15 anos do início da Minustah I: jornal relembra pontos cruciais da missão da ONU no Haiti

Em reportagem especial, a *Folha de S. Paulo* recordou o aniversário de 15 anos do início da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), em 01/06/19, destacando as dificuldades enfrentadas pelos soldados sob mandato da Organização das Nações Unidas (ONU) para lidar com as gangues haitianas, a deficiência nos métodos de abordagem da população civil e a falta de diretrizes claras sobre direitos humanos. O periódico lembrou que em fevereiro de 2001, Jean-Bertrand Aristide assumiu pela segunda vez a Presidência do Haiti, dando início a uma série de confrontos entre paramilitares da oposição e milícias pró-governo. Com a queda de Aristide, em abril de 2004, o Conselho de Segurança da ONU criou a Minustah, que teve início em junho do mesmo ano com a participação de 20 países e sob o comando militar do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro – atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI). O jornal destacou episódios conturbados para a missão da ONU, como por exemplo o ocorrido em fevereiro de 2005, quando gangues lideradas por Emmanuel Dread Wilme invadiram a penitenciária de Porto Príncipe e libertaram 493 presos. Em resposta ao episódio, em julho, uma ação na comunidade de Cité Soleil bloqueou os principais acessos ao local e resultou na morte do suposto líder da gangue e de outros cinco membros. Segundo a *Folha*, “imediatamente, começaram a surgir relatos de ONGs haitianas e estrangeiras de que um 'massacre' havia sido cometido pelas tropas sob o comando do Brasil. Os números citados chegavam a até 60 civis mortos”. A *Folha* também lembrou o forte terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010, que resultou na morte de 225 mil pessoas, culminando no aumento do efetivo da Minustah para 8.940 militares. Após sucessivas reduções de efetivo, o Brasil encerrou sua participação na Minustah em agosto de 2017, e em outubro do mesmo ano a missão foi oficialmente finalizada. No total, 37,5 mil militares brasileiros foram enviados ao Haiti, dentre eles, segundo a *Folha*, ex-comandantes da missão que hoje compõem o primeiro escalão do governo: os generais-ministros Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo; Floriano Peixoto, da Secretaria-Geral; e Fernando Azevedo e Silva, do Ministério da Defesa; além do comandante do Exército, Edson Pujol, e o já citado Augusto Heleno. Como desdobramentos da Minustah, o periódico destacou ainda a importação da experiência haitiana para as missões de pacificação nas favelas cariocas, a partir de características comuns entre os dois ambientes: o tipo de construção das casas, o emprego de mulheres e crianças para transportar armas e drogas e o uso de barracos como depósitos de produtos ilícitos. Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que a participação brasileira na missão foi exemplar, sendo objeto de reconhecimento por diversos países e pela própria ONU, tendo sido necessário, “eventualmente, empregar a força, uma vez que havia áreas nas quais grupos criminosos agiam sem limitações, aterrorizando a população”. O GSI declarou que “independentemente da existência ou não de legislação sobre direitos humanos, a

tropa brasileira se notabilizou pela urbanidade, solidariedade, conduta exemplar e profissionalismo, qualidades reconhecidas pela ONU e pelo governo e povo haitianos”. Tanto a Defesa quanto o GSI alegaram que a operação contra Dread Wilmer obedeceu às regras de engajamento da Minustah e que uma investigação interna da ONU não apontou irregularidades. O governo brasileiro não investigou a ação, justificando que a missão era de responsabilidade da ONU. Segundo o jornalista da *Folha*, Fábio Zanini, a ONU manteve sob sigilo dois documentos com informação sobre essa operação, e um porta-voz alegou que “a ONU não tem a obrigação de dar as razões para manter os documentos confidenciais”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 27/05/19; Folha de S. Paulo – Folha Corrida – 30/05/19)

#### 4- 15 anos do início da Minustah: jornal avalia dificuldades na atuação das tropas brasileiras no Haiti

O periódico *Folha de S. Paulo* teve acesso a documentos confidenciais da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa brasileiros sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), realizada entre 2004 e 2017, na qual o Brasil ocupou o comando da força militar. Segundo o jornal, os documentos revelam que os primeiros anos da missão foram marcados por uma precária estrutura organizacional e pela disputa de espaço entre os diferentes setores que compunham a Minustah. Os brasileiros que participaram da missão relataram que a Polícia Nacional Haitiana (PNH) era pouco eficiente e muito violenta, como descrito em relatórios internos. Um exemplo da violência dos policiais haitianos ocorreu em 25/02/05, quando cerca de 400 pessoas foram às ruas de Porto Príncipe protestar no primeiro aniversário da queda de Jean-Bertrand Aristide, ex-presidente do Haiti. De acordo com o general brasileiro João Carlos Vilela Morgero, a PNH abordou os manifestantes “com violência descabida e sem nenhuma coordenação” e logo em seguida abandonou o local, deixando a contenção da violência sob encargo do contingente militar da missão da ONU. Ademais, em relatório de junho de 2005, o general Morgero criticou a falta de coordenação entre os setores civil e militar da Minustah. O substituto de Morgero, o coronel Adilson Mangiavacchi, registrou que o comando civil da missão dificultava a execução de ações sociais por parte dos militares. Segundo a *Folha*, Mangiavacchi inseriu em relatório que as “atividades de ajuda humanitária continuaram sofrendo algum tipo de restrição por parte da Minustah. [...] Sempre acreditamos que esse tipo de atividade nos traria a confiança e o apoio da população”. Em nota, o Ministério da Defesa alegou que a Polícia Nacional do Haiti possuía no começo da missão “enormes deficiências estruturais e de efetivo”. A respeito da falta de estrutura, o Ministério informou que no início “houve realmente uma demora na disponibilização dos meios necessários ao cumprimento da missão”, em função do atraso na chegada de contingentes dos demais países ao Haiti. De acordo com a assessoria do atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, general Augusto Heleno Ribeiro, que foi o primeiro comandante do Brasil no Haiti, a “estrutura material não era a ideal”, porém era suficiente. Por fim, o GSI alegou que o general Augusto Heleno sempre argumentou que a Minustah necessitava de um setor de Gestão de Projetos que viabilizasse a execução dos programas sociais. (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/05/2019)

#### 5- Livro conta a história de voluntária na Guerra do Paraguai

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o historiador José Murilo de Carvalho, membro da Academia Brasileira de Letras, lançou o livro “Jovita Alves Feitosa - Voluntária da Pátria, Voluntária da Morte”, pela editora Chão. A obra narra a vida de Jovita Alves Feitosa, que se juntou clandestinamente a dezenas de homens para lutar na Guerra do Paraguai. Quando Feitosa foi descoberta, o Ministério da Guerra proibiu sua ida para o combate e custeou seu retorno ao Piauí. O autor da obra afirmou que durante o regime militar (1964-1985) houve uma tendência entre os historiadores de tratar de maneira negativa a Guerra do Paraguai e os militares brasileiros envolvidos, de modo a atingir os militares que estavam no poder naquele momento. Neste sentido, segundo Carvalho, consolidou-se uma concepção de que todo alistamento para o conflito tinha sido compulsório, o que não procede: “Houve um surto absolutamente inesperado de identidade, patriotismo [...] Foi o primeiro momento em que boa parte do país ousou se sentir como membro de uma comunidade nacional”. (*Folha de S. Paulo – Ilustrada – 27/05/19*)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

#### **Equipe:**

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).